

Resumo Síntese do livro:

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Campus Jaguarão
Curso Licenciatura em História
PIBID História – Educação Patrimonial
Prof. Dra. Juliane C. P.Serres
Edson S. L. de Araujo e Kaiene Pereira

POULOT, Dominique. *A memória inspiradora*. In: Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

O presente capítulo apresenta o desenvolvimento do sentimento nacionalista nascente na França no período da Revolução Francesa, que além de transformar valores sociais, políticos e econômicos interferiu diretamente na maneira de se pensar o patrimônio, provocando uma verdadeira revolução também neste sentido. As mudanças se deram principalmente no âmbito das tradicionais coleções dos nobres e da Igreja, rompendo com um estilo museográfico usual da época, trazendo novas abordagens proporcionais ao crescente sentimento nacionalista. Segundo o autor, “na França do século XVIII, o culto pelos homens ilustres implicava uma peregrinação a seus túmulos ou lugares de criação, ativando rituais reservados até então à categoria do sagrado” (POULOT, 2009, pág. 127). O autor escreve, ainda que “essa era uma leitura fantasmática do museu: a dos corpos do passado a ressuscitar” (BARTHES, 1978 apud POULOT, 2009, pág. 124). O autor trabalha durante todo esse capítulo, sob a ótica da retomada dos grandes nomes do passado, como símbolo maior dos iluministas e com as rupturas da idade moderna, resultando em novas formas de se sentir e abordar o patrimônio.

O culto dos homens ilustres

O período das luzes trouxe uma inversão da sacralidade, a exaltação e as reverências até então rendidas as divindades religiosas, sob uma ótica religiosa, deram lugar aos homens, como agentes centrais das ações e do universo, dignados a rendição de tais homenagens. Nesse período a intelectualidade passou a ser exaltada, “os cidadãos reconhecidos por seus méritos são os únicos a serem celebrados, em nome de uma “mentalidade histórica e discriminatória” (Bronislaw Baczko).” (POULOT, 2009, pág. 126).

A funcionalização dos mortos

Conforme o autor Reinhart Koselleck designou no século XIX “a funcionalização da representação da morte em benefício dos sobreviventes” (POULOT, 2009, pág. 129). Essa designação diz respeito a constante monumentalização dos túmulos dos homens ilustres após os primeiros períodos da Revolução Francesa, enquanto alguns

túmulos desapareceram, outros existiram como grandes monumentos ou foram erguidos, muitas vezes distantes dos locais de sepultamento.

Durante a Revolução Francesa, para o autor, existia o desafio de transferir as sepulturas herdadas para a esfera pública. A construção de espaços como os museus, seria uma alternativa para esse movimento descristianizador, que procurava diminuir o poder da igreja, aumentando a ênfase no Estado e no homem. Eles funcionariam como um santuário laico, onde eram exaltados os grandes nomes e os feitos do Estado. As sepulturas passaram a ser consideradas como “simples figurino e representante de uma posição social e de uma época, em vez de um defunto específico” (POULOT, 2009, pág. 133).

O grande nome deste período de transformação na visão patrimonial é Alexandre Lenoir. Ele foi responsável pela salvaguarda dos bens patrimoniais confiscados durante a Revolução Francesa, os salvando da destruição. Lenoir era zelador de um depósito de monumentos, começou apresentando um catálogo de obras de arte conservadas ao Comitê da Instrução Pública e a Comissão Temporária de Artes. O seu interesse por esses temas, com o tempo, irá dar lugar a outro tipo de museografia. O autor destaca que “sua museografia imaginava, em breve, associar os membros da mesma família ou do mesmo contexto histórico” (POULOT, 2009, pág. 134). E foi o que aconteceu, ele começou a reivindicar urnas e túmulos de homens ilustres, na tentativa de evocar os grandes feitos do Estado por meio dos personagens de maior destaque.

Para o autor, “Lenoir pretendia romper, de forma brutal e negociada, com qualquer evocação de figuras individualizadas” (POULOT, 2009, pág. 133). Para Lenoir, o isolamento dessas figuras em igrejas e museus, impediam-nas de se expressarem, ele acreditava que as reunindo “no Museu dos Monumentos Franceses, organizadas de acordo com a posição ocupada na sociedade de suas épocas e segundo as respectivas sensibilidades, sob a claridade suave dos vitrais, elas tornavam-se expressivas” (POULOT, 2009, pág. 134).

Lenoir organizava o museu por sala, cronologicamente, onde cada sala representava um século.

De forma mais geral, Lenoir escolheu uma obra particular como espécime da arte de um século e, à sua volta organizou toda a decoração da sala. Assim, alguns monumentos “matriciais” ordenavam, com maior ou menor grau de fidelidade, o conjunto do quadro da exposição. (POULOT, 2009, pág. 136).

Esse tipo de disposição das peças era utilizado com intuito de manter uma espécie de conversa entre elas, trazendo um “ar de família” a cada sala, como se os personagens vivessem em uma comunidade de homens ilustres.

O colecionismo de Lenoir o levou a uma busca por figuras banais desde o Antigo Regime. Segundo Poulot, ele chegou a identificar o túmulo de uma amante de Henrique II, comprando-o de um cidadão que o fazia de bebedouros de porcos e aves. Sua obsessão por colecionar o levava até a fabricação das peças que não encontrava ou não conseguia, encomendando a artistas contemporâneos. “Por conseguinte, o

museu demonstrava como o patrimônio voltava a reivindicar as genealogias, em termo de filiação invertida pela qual os filhos engendram os próprios pais” (POULOT, 2009, pág. 139).

A busca de um santuário do estado

A criação de um panteão de homens ilustres veio com a finalidade de exaltar e adorar os feitos do estado, seguindo essa tendência nacionalista, os grandes nomes a serem exaltados nesse panteão são os maiores representantes do movimento iluminista: Voltaire e Rousseau. Lenoir, construiu o *Élysée*, um jardim que seria “uma paisagem augusta” para os monumentos dedicados, por “uma mão tímida, a homens célebres” (POULOT, 2009, pág. 144). Segundo o autor o jardim, fruto de uma sensibilidade pré-romântica, reunia imagens dos heróis do dia e de figuras célebres da França, testemunhas da inteligência universal e simples, pretextos para a expressão de uma sentimentalidade. “Sem poder emergir-se em lugar da memória, esse “jardim de ilusões” influenciou, por sua vez, um grande número de empreendimentos associados à história nacional” (POULOT, 2009, pág. 147).

A criação desse museu possibilitaria um curso de história nacional à céu aberto, ministrado a partir das peças dispostas no jardim. Lenoir tentou reunir esse tipo de “capela dinástica”, que seria o jardim, a um museu de personalidades ilustres. “O caráter de um *Élysée* é determinado não por arbustos, gramados e canteiros, mas certamente por seus monumentos” (POULOT, 2009, pág. 147).

A encarnação dos antepassados

Nesse período da história da França, “o historiador que assumia o lugar de juiz” (POULOT, 2009, pág. 151), segundo o autor, esse sentimento se fez maior na geração de 1830. Essa era uma forma de trazer o passado para o presente, fazendo desaparecer o tempo, sendo “concebido como modalidade da historicidade revolucionário do museu” (POULOT, 2009, pág. 152).

Lenoir tentava formular um retrato do que havia construído em seus catálogos, por meio da descrição das peças, ele suscitava o que lhe parecia mais importante, com intuito de salvaguardar a memória que ele queria da exposição. “Essa preocupação com o requinte das aparências e expressões remetia, de forma mais geral, a uma antropologia física dos cadáveres, cujas estatuas parecem dar a imagem fiel” (POULOT, 2009, pág. 153). Segundo o autor, “de acordo com Schlegel, “os Monumentos Franceses” cujo catálogo bem detalhado foi publicado por Lenoir, têm no mínimo a vantagem de mostrar, com toda clareza possível, o que não deve ser, de modo algum, arte e, em particular, escultura” (POULOT, 2009, pág. 154). De acordo com Poulot, os historiadores da geração seguinte a Lenoir, desconstroem esse julgo das imagens como imagem perfeita do cadáver, pois é “uma figura que deve ser entendida em conformidade com uma gramática das representações” (POULOT, 2009, pág. 155).

O passado não pode ser representado fidedignamente por objetos conservados ao longo do tempo, deve ser entendido de acordo com uma gramática das representações. Com a ruptura entre signo e significado, abria-se a possibilidade de uma leitura crítica das imagens, em sua profundidade histórica.

O culto ao Estado, seus feitos e seus heróis foi característica dessa França tomada por ideais iluministas e revolucionários. Nesse sentido, entre as grandes transformações no espaço social está a forma de se interpretar o patrimônio e os museus. Diversas foram as mudanças nos parâmetros patrimoniais, entre elas o culto aos homens ilustres e seus restos mortais, nos demonstrando o desprendimento ao sagrado em que esses ideais estavam imbuídos. Nessa ótica Lenoir, representou fielmente os padrões dessa mudança, organizando no Museu dos Monumentos Nacionais Franceses uma espécie de santuário laico em adoração ao estado e seus grandes representantes, sob a ótica nacionalista.

Resumo: POULOT, Dominique. O trabalho do luto. *In*: Uma história do Patrimônio no Ocidente. pp. 157 – 196.

A História nova tem problemas em desvencilhar-se de um modo pitoresco de fazer história. Os novos desafios do historiador consistiam em descrever os homens, em seu tempo, mas com uma linguagem contemporânea do historiador. Augustin Thierry expressava essa dificuldade, dizendo que em meio a tantos métodos, ele ficava hesitante entre dois obstáculos: dar muita importância à regularidade clássica, ou então, obstruir sua narrativa com fatos insignificantes. Ao ter sérios problemas de visão, Thierry não podia mais consultar os textos e passou a “ler” os monumentos. Segundo Michelet, ao olhar instruído o monumento ou as ruínas oferecem o livro aberto da história, “uma história que se absorve pelos olhos”. Para Thierry, os monumentos eram os historiadores das nações, livros originais sempre abertos à curiosidade pública.

Durante a década de 1830 as políticas de conservação dos monumentos visavam preservar os castelos e as igrejas, negando aos compradores a capacidade de usufruir desses monumentos. Nesse contexto, as opiniões dividiam-se. Enquanto o escritor Victor Hugo defendia que os edifícios históricos e monumentais (quaisquer que fossem os direitos de propriedade) não deveriam ser destruídos pelos especuladores, o erudito Paul-Louis Courier desejava o desmantelamento do parque Chambord para revender os terrenos aos camponeses, regenerando o mundo rural através da pequena propriedade. Courier via os edifícios e monumentos da idade média como evocação de vergonhosas devassidões, infamantes traições, torturas, luxo, luxúria e etc.

Uma consciência literária

A literatura foi um ator do surgimento da sensibilidade ao patrimônio, segundo Jacques Le Goff. Vários valores específicos, como “patrimônio”, são contemporâneos ao surgimento de um novo poder espiritual laico, o do escritor. Assim, na França, a história do patrimônio foi profundamente alimentada pela literatura, sem que a

sacralidade literária tenha sido prejudicada pelo predomínio das belas-artes. Entre os decênios de 1820-1840, Victor Hugo foi intitulado como o poeta dos monumentos históricos. Ele era tido como o meio termo entre o campo católico e campo liberal, entre os historiadores ou arqueólogos e os letrados.

Ao comparar a geração literária anterior a 1789 com a posterior, podemos perceber a novidade patrimonial do século XIX. Enquanto Diderot (em 1767) exaltava a beleza e a nobreza das ruínas e via seu processo de deterioração como algo natural e respeitável; Victor Hugo lançava um apelo para reparar as ruínas e reparar essa degradação, em nome do monumento original. A diferença também é percebida quando se trata da propriedade e dos proprietários. Diderot dava testemunho de um tom de época hostil à posse privada de objetos, por gosto ou cultura; propriedade era sinônimo de esterilidade ou tédio. Havia uma desconfiança em relação aos fazedores de gabinetes, deplorando a confiscação de sua fruição e reclamando sua abertura. Victor Hugo usava as, então novas, noções de nacionalismo e vandalismo para “justificar” a expropriação dos monumentos privados.

O monumento histórico passou a ser um programa de escrita e um objeto de apropriação pelo escritor. A glória de Victor Hugo advinha de ele ter conferido ao novo patrimônio francês, a arte da idade média, uma modernidade e uma atualidade. Com os versos sobre o Arco do Triunfo, em 1837, as igrejas góticas deixaram de serem as únicas a confundir-se com a natureza no âmago das civilizações soterradas. Victor Hugo também inaugurou a figura do escritor como inventor do patrimônio, porta-voz dos monumentos. No entanto, nesse contexto, a ideia de patrimônio assumia a forma de uma moldura, encadernação destinada a valorizar a história. Assim, a preservação do patrimônio consistia em conservar a história e também homenageá-la ao preservar sua moldura.

Os desafios a enfrentar por uma geração

No âmago da genealogia do “culto moderno aos monumentos”, François Guizot parece ter sido vítima de um esquecimento em benefício de um grupo pioneiro do qual ele não fez parte. Mas este eclipse de Guizot devia-se a sua reputação de “conservador” padecer de um descrédito associado à sua insuficiente “francidade”, ele também não confessava o entusiasmo patriótico julgado apropriado ao compromisso patrimonial. Essa exclusão testemunhava a unanimidade nacional com relação ao patrimônio, parecia indecente que a iniciativa e a responsabilidade pela proteção dos monumentos ficassem a cargo de um estadista.

As análises da obra “patrimonial” de Guizot interessam-se pelo projeto de 1833, que advogava uma publicação geral de todos os materiais importantes e ainda inéditos sobre a história da França. Assim, a iniciativa arqueológica foi relegada para uma quase obscuridade em relação ao trabalho arquivístico.

A partir da década de 1830, o historiador foi levado a enfatizar a reunião confusa de conhecimentos que havia sido desenhada por seus predecessores. Diante disso, Chateaubriand constatava que, nas suas primeiras narrativas, os analistas da Antiguidade não introduziam o quadro dos diferentes ramos da administração (as

ciências, artes, a educação pública era rejeitada pela história). E logo após, a história passou a ser uma enciclopédia, onde tudo tinha que ser incluído em seu domínio. Enquanto o medievalismo do século XVIII se apoiava no direito público e no estudo das prerrogativas régias (decretos, leis) o do século XIX enfatiza o povo e a nação (através das crônicas, poesias e canções populares).

Para Guizot, o passado transforma o presente, tudo se transforma no homem e à sua volta; o ponto de vista a partir do qual ele considera os fatos, assim como sua disposição para proceder a esse exame. A “primeira época das sociedades” conheceu uma história poética, com narrações brilhantes e ingênuas. Em seguida, uma história filosófica, série de dissertações sobre o gênero humano. E logo após, uma história “prática” que forneceu instruções análogas às necessidades experimentadas pelas pessoas em sua vida concreta. Agora, escrevia Guizot, todos esses gostos e necessidades parecem estar reunidos. Assim, a inteligência do historiador deixou de ser patrimônio dos eruditos, tornando-se uma necessidade para o cidadão que pretenda tomar parte nos negócios do seu país. A tarefa do historiador é, ao mesmo tempo, política e ética. Assim, o empreendimento de conservação assumia, em 1830, uma evidente atualidade, ele devia estar a serviço da sociedade. A conservação dos monumentos recebia sua legitimidade tanto intelectual como política e social.

Uma teoria do patrimônio

Qualquer sociedade exige que sua memória seja bem cuidada. Mas, diante de uma crise violenta os povos podem momentaneamente negar seu passado, até mesmo abominá-lo; mas não conseguiriam esquecê-lo. O século XIX francês conheceu a obsessão de viver os últimos momentos de uma tradição.

Enquanto numerosos autores deploravam o declínio do interesse pelos monumentos antigos; Guizot não denunciava os culpados pelo “vandalismo”, mas pensava o patrimônio em termos sociológicos de opinião pública. A relação com o passado deveria ser ponderada, em plano semelhante a todas as atividades humanas para as quais a civilização contemporânea exige a legitimidade dos motivos e a utilidade dos resultados.

O estiolamento, ou até mesmo o desaparecimento, da conservação tradicional, segundo Guizot, a uma extenuação dos poderes, associada às mutações da civilização. A conservação arcaica dismantelava-se gradualmente em decorrência do declínio dos poderes de toda espécie existentes na sociedade. Nos dias de hoje, ao contrário, a força motriz da solicitude conservadora parecia passar da perpetuidade e da regularidade imposta pelos poderes para a energia íntima da pessoa.

Com o desfecho da Revolução Francesa, alguns artistas que haviam presenciado o desaparecimento de vários monumentos preciosos sentiram a necessidade de preservar o que havia escapado à destruição: o museu dos Petits-Augustins preparou a retomada dos estudos históricos e criou condições para apreciar todas as riquezas da arte francesa. A dispersão e crescimento desse museu ajudaram na preservação de monumentos, recursos financeiros foram votados para esse fim e etc. Mas também produziram resultados incompletos, era preciso de um centro de

decisão e era necessário que o impulso fosse desencadeado por uma autoridade de âmbito nacional.

A administração do luto e da ressurreição

A conservação moderna exige um delegado para desempenhar o trabalho de memória. O inspetor tem a missão de contatar as autoridades e as pessoas que pesquisam a história de cada localidade, de esclarecer os proprietários sobre a importância dos edifícios e de incentivar o zelo de todos os conselhos de departamentos e de municipalidades afim de que nenhum monumento de valor incontestável desapareça.

O inspetor orienta as boas intenções manifestadas em quase todos os cantos da França, à imagem de um estado que seja um centro de impulso e de coordenação de uma rede de influências. A tarefa dele tem a ver com o talento político, cujo potencial, segundo Guizot, é aliar a lucidez teórica e a consequência lógica do filósofo com a flexibilidade de espírito e de bom senso de quem possui experiência.

O patrimônio de uma civilização é também o do senso comum, da opinião geral. Trata-se de “vivificar” um patrimônio já pronto: a política dos doutrinários distingue-se do princípio revolucionário baseado na redescoberta das riquezas nacionais, até então desnaturadas e espoliadas. Desse ponto de vista Guizot comentou o sucesso obtido pela Idade Média. Enquanto que alguns “amigos da ciência e do progresso da humanidade” condenavam a época feudal por inspirar o despotismo e o privilégio, Guizot conclui dizendo que “aqui e em toda parte a impiedade provocou superstição”. “O passado tão desdenhado e abandonado se tornou objeto de um culto idólatra”. Mas todos esses esforços são inúteis, por que as massas são governadas por ideias e paixões simples, por isso não se deve rejeitar que julguem de forma favorável a idade média e seu estado social.

A idade média de Guizot evitou as trevas voltairianas e lenda cor de rosa de Sainte-Palaye. Guizot limitou-se a manifestar seu interesse intelectual por esse período, pois mesmo se confunde com o berço das sociedades e dos costumes modernos.

Uma história do ponto de vista da civilização

Usando as ciências naturais como referência, Guizot insistia em pintar a fisionomia exata do passado. Em sua obra *L'Histoire de la civilisation en Europe*, ele fornece um repertório hierarquizado, tanto dos fatos materiais (batalhas, atos oficiais do governo) quanto os fatos morais, ocultos. Guizot preocupou-se com a história dos fatos mais importantes, sublimes independentemente de qualquer resultado externo e unicamente em suas relações com a alma do homem. Mas, para além disso, o ponto de vista da civilização é o único que permite considerar historicamente os fatos individuais. A ideia de civilização é o fato geral e definitivo: o de convergência de todos os outros, seu resumo.

Semelhante distinção entre parte caduca e parte decisiva da memória é válida entre os contemporâneos como critério de julgamento histórico. No seu *Salon* de 1846, Baudelaire fornece uma leitura em termos de memória: Horace Vernet é duramente criticado pela sua “história de almanaque”. Em compensação, o desenvolvimento dedicado do “ideal e do modelo”, afirma que a lembrança é o grande critério da arte, a arte é uma mnemotécnica do belo. Para Baudelaire, a arte contemporânea deve fazer referência a uma memória das obras anteriores, mas eles não devem anunciar-se como tais. Esse patrimônio artístico deve ser quase inconsciente, embora deixe a marca de sua aura nas obras presentes, como a parcela mais significativa da memória.

Guizot também empenhou-se em conjurar a ruptura entre a “condição exterior do homem” e seu estado moral, sua “natureza íntima”. Para Guizot, na França, a marcha e o crescimento do homem e da sociedade ocorreram sempre a pouca distância. Nada se passou no mundo real sem que fosse captado pela inteligência sem ter tido no mundo real sua representação e seu resultado. Daí a consequência de método: o estudo, a ciência, deve proceder de fora para dentro. É de fora que vem sua primeira investida, e ao observá-la é que ela avança, penetra e chega gradativamente ao interior.

Nesse esforço de representação do passado, que revela a dinâmica das condicionantes exteriores e da liberdade individual, da alma e da sociedade, a história das artes usufrui de um privilégio particular. Em seu livro, Guizot dedica um capítulo a um castelo sob o regime feudal, que tem a ver nesse aspecto, com um exercício escolar: como escrever uma arqueologia filosófica? Como passar da superfície para a profundidade, de fora para dentro?

A assustadora anarquia dos séculos feudais explica a finalidade exclusivamente utilitária da construção dos castelos. Além da construção de numerosas, tudo era transformado em fortificações, esconderijo ou habitação defensiva. O território estava coberto por esse tipo de imóveis e todos possuíam o mesmo caráter.

Mas esse estado material das habitações feudais não é suficiente para fornecer os prolegômenos da narrativa. O que se passa no interior? Qual seria o tipo de vida do proprietário? Em *Course d'histoire moderne*, Guizot mostrou a feudalidade sob todos os aspectos, além de se servir de todas as suas variações.

O habitat determinado, até então, pela insegurança aparece como fonte de desordens, com longa série de assaltos, saques e guerras que caracteriza a Idade Média, foi em grande parte o efeito da habitação feudal. As muralhas e os fossos tornaram-se obstáculos tanto para as ideias quanto para os inimigos. Mas ao mesmo tempo eles eram o princípio da civilização. Nunca, em nenhuma outra modalidade de sociedade, a família encontrava-se reduzida à sua mais compacta expressão: marido, mulher e filhos. O estado moral também se encontra na origem da sociedade feudal. Através de sua arquitetura é possível ler uma civilização. Tal concepção arqueológica exige a apreensão de um monumento social em sua integralidade. Por defeito, a história abrange e envolve a história da civilização sob abundância das obras e cenas exteriores. Essa leitura compartilha alguns dos pressupostos do uso do castelo como

cronotopo, como um ponto de intersecção de um universo humano, ao mesmo tempo época e configuração espacial.

Eleandro Viana

Uma arqueologia dos Modernos

O inventário geral, imaginado em 1834, entende do mesmo modo superar a utilidade de um panorama dos monumentos de todas as épocas e lugares. A classificação, em um fichário completo, dos edifícios que não chegaram a ser edificadas deve fornecer os vestígios do estado e do movimento geral dos espíritos. Ao deixar as ciências e as letras para considerar as artes, convém trocar de método. A história das artes não se encontra em livros, ela está escrita nos próprios monumentos. Além de representarem os princípios e as regras adotadas pelas diversas escolas, os monumentos representam as ideias e os próprios conhecimentos que pertencem aos séculos evocados por elas.

Prevalece, então, a ideia de recorrer ao método da investigação intelectual. Para Guizot, a aplicação de tabelas estatísticas poderiam ser aplicadas ao estudo do passado. Através delas se poderia apresentar os fatos especiais de cada época que culminam imediatamente na história da civilização. Essa “tática” não reproduz de maneira alguma o passado vivo e animado, mas garante seu arcabouço, impedindo que as ideias gerais flutuem na imprecisão e ao acaso. A história das artes tem a vantagem de possuir e poder mostrar os próprios objetos que ela deseja dar a conhecer e submeter a um julgamento. A riqueza do material prejudica o historiador, ao prodigalizar-lhe não tanto um testemunho apropriado, mas enigmas insolúveis.

O conhecimento da época é necessário para entender as obras, como se verifica na literatura: como entender a história literária sem conhecer os tempos e os homens no meio dos quais foram erguidos os monumentos mencionados por ela? Mas tal conhecimento é insuficiente, pois essas características decisivas não revelam o segredo das causas que determinaram o espírito das literaturas. O historiador que pretende descobrir as causas determinantes do caráter e da orientação das literaturas modernas está reduzido a contentar-se com resumos raramente completos e pesquisas igualmente bem coordenadas. Em *L’Histoire de la civilisation em Europe* as artes modernas eram vistas como inferiores do ponto de vista da beleza e da forma, mas do ponto de vista dos sentimentos e das ideias, mais fecundas. E essa “imperfeição” era fruto de uma diversidade das ideias e dos sentimentos da população europeia. Na época em que a escultura começava a seguir os vestígios da escultura antiga, surgiu uma nova arte a gravura. Assim, a arqueologia moderna deve enfrentar o desafio de um *corpus* superabundante e disperso de monumentos desiguais, sem deixarem de ser reflexos de uma civilização mais rica.

Apesar da iniciativa de tomar algumas medidas para parar a destruição das obras-primas da arte francesa e para dar a conhecer as obras-primas das letras europeias à França da época moderna, faltava um centro fixo e a garantia de meios de ação. Enquanto Ludovic Vitet deve prosseguir e popularizar a restauração de monumentos na França, Cl. Fauriel empenhar-se-á em espalhar o conhecimento e o

sentimento das grandes produções literárias do gênio europeu. A tomada de consciência do fato artístico moderno encontra-se na origem das duas iniciativas. Ninguém ainda havia percebido a importância dos monumentos do ponto de vista da arte, nos séculos precedentes eles haviam sido considerados apenas como a fonte de relevantes ilustrações históricas.

A conservação para o futuro

A conservação dos monumentos, para Guizot, é um fato da civilização contemporânea que exige, em primeiro lugar, um inventário das fontes. No meio desse sistema o monumento aparece como o intermediário entre o social e o individual, mas sobretudo, ele fornece a compreensão do interior e permite a descoberta dos princípios de uma civilização ao adotar o procedimento inverso de sua concepção e de sua construção, ou seja, do vestígio de molde. O estudo dos monumentos revela o estado social e o verdadeiro espírito das gerações passadas. No entanto, o “primeiro ministro intelectual” de Luís Filipe enlaça de maneira exemplar essa evocação do passado a uma administração de um espírito público. A administração do patrimônio convoca as energias cidadãs, funde-se na atividade intelectual da sociedade.

Assim, o princípio de conservação está associado não só ao que foi, mas o que deve ser e o que será a expressão arquitetural de uma época. O relatório, do senhor de Gasparin, de conservação dos monumentos de 4 de maio de 1840, considera sete classes de monumentos: uma delas dedicada aos monumentos que existem apenas em projeto. Para ele apenas os monumentos do passado foram estudados; mas a arte, os monumentos do futuro também deveriam constituir uma preocupação para o comitê.

Durante a Segunda República (1848- 1852) pretendeu-se abandonar a categoria de monumento histórico em detrimento de uma função utilitária do monumento nacional. Pois, o que seriam esses monumentos históricos (salvo algumas gigantescas ruínas romanas) além de igrejas, prefeituras, fóruns? Esses edifícios ainda preservam uma afetação pública e uma utilidade cotidiana. Mas passado isso, prevaleceu a filosofia da Monarquia de Julho.

Durante a Terceira República (1871-1940), o espírito geral da conservação baseou-se no investimento livre das preferências intelectuais na matéria, nesse caso o governo funcionou como moderador ou como última instância. A ideia de que a conservação dos monumentos visa salvaguardar a expressão nacional, encarnação da civilização universal, tornou-se consubstancial ao discurso patrimonial. Louis Tétreau resumiu a importância de conservação nestes termos: “A história das origens de um país, de sua civilização e de seu gênio está escrita em seus monumentos. A preocupação em conservar as obras de arte, testemunhas do tempo passado, corresponde, portanto, a um sentimento nacional”. A paisagem dos monumentos torna-se desse modo uma lição propícia a instruir seus habitantes. A imagem do patrimônio participou de um projeto democrático que era perfeitamente estranho à elaboração dos doutrinários. O sucesso da aculturação republicana francesa ficou comprovado pelo fato de que “a pátria tornou-se patrimônio”.

Uma Nova Autenticidade

Acadêmico: Hema Thiago Santos Leite

Curso de Licenciatura em História.

Programa institucional de bolsa de iniciação à docência

Coordenador: Juliane Serres

A cultura material dos tempos da revolução francesa gera discussões em diversos campos do saber. Os livros com seu teor infinito de conhecimento, agregado as instituições públicas, começam buscar uma nova forma de escrita da história, onde o pensamento diferenciado é estimado. A valorização do patrimônio com suas paisagens e monumentos também são inovadores no surgimento das nações, incitando um povo mais dinâmico nas manifestações e trocas culturais, os quais se sociabilizam a partir de festas nacionais, jogos públicos, ou seja, fatores que caracterizam um determinado povo. A mudança fica nítida no livro *Le peuple*, escrito por Jules Michelet, onde os princípios da razão e dos porquês superaram a arte seca, caracterizada pela carência de explicações. A beleza e sensibilidade da arte se cruzam com as histórias presentes nos patrimônios, memórias populares e na característica investigadora da arqueologia. No lugar da profecia surge à previsão, que diferente da primeira, faz experimentos, questiona e busca provas claras. O presente acaba se desligando somente do passado, graças aos pensamentos de tempo e futuro. Essa mudança nítida no século XVIII acontece lentamente, porque o poder era absolutista e a idéia de salvação estava enraizada, enquanto isso fomentava a discussão entre ciência, salvação e indecisos. A maturidade do patrimônio conseguiu unir a história e o futuro na busca pelo sentimento nacionalista.

A falsa glorificação da realeza francesa gerou lutas contra a assembléia nacional e a tentativa de impedir as nações de legislarem suas próprias leis. Os acadêmicos que pensavam desta forma queriam queimar os arquivos e esquecer os monumentos que relembavam a escravidão ou os testemunhos presentes nos arquivos da época Barbara. A idéia principal era queimar os arquivos. Acabaram caindo por tentar deturpar as origens da história, e inventar uma falsa erudição, entregando a herança repudiada do passado é entregue á uma França regenerada, que agora com todo seu passado á salvo se torna um exemplo da historia universal e do sentimento emergente de nação. A França se tornava uma depositaria da história, com um vasto deposito de todos os conhecimentos humanos e dona do futuro. Tanto que a cultura celta foi considerada identidade da cultura francesa e do mundo, a partir de pesquisas lingüísticas, arqueológicas e etnológicas. O território franco mesmo apossado por outros povos conservaram suas raízes culturais, e a volta do povo franco, considerada invasão agora é um retorno a pátria. Eles habitavam a região desde as mais antigas famílias nacionais, ou seja, os franceses resgataram um conhecimento que estava prestes a sumir, a partir de um questionário respondido pelas pessoas mais cultas de

cada departamento, sobre seus usos e costumes. Esse documento foi à forma mais clara encontrada para resgatar a representação patrimonial revolucionária.

Com a revolução o objetivo é o se opõe a tradição, é necessária a passagem para um futuro diferente. Por isso a necessidade de forjar um regime maldito, porque deixando insignificante esse passado a passagem se torna mais rápida. Nessa transição começa a surgir a idéia de patrimônio, com o objetivo de reorganizar a sociedade. O vandalismo se torna uma ação incorreta, feita por contra-revolucionários, pessoas ignorantes que destruíam um bem comum. A alegoria se torna um novo ideal de transparência, com suas metáforas e seus fins educativos. O maior empecilho da encarnação da pátria foi à idolatria.

A revolução destruía as imagens adulteradas do antigo regime, e com um talento desconhecido revelou a arte autentica onde varias obras passaram despercebidas e esquecidas. A experiência revolucionária é indiferente em relação à inscrição territorial ou histórica dos monumentos e das coleções. Na medida do possível deixam a distribuição parecida entre as ciências e coleções pertencentes. O senso patrimonial se identifica com a propriedade tanto publica quanto privada.

O museu foi uma instituição fundamental para o processo de regeneração. Principalmente, o museu possuía o poder de fazer a publicidade das artes, sob a forma da reivindicação atendida, da “conquista” coletiva. No espaço do museu, as imagens herdadas do Antigo Regime revelaram-se como um desafio cruel: um dispositivo para alegorizar o passado.

*abbé*Grégoire chegou a evocar a possibilidade de se manter uma memória do Antigo Regime, com o propósito de se adquirir efeitos positivos a partir do estudo de uma hipótese de uma história negativa. Porém, esta afigurava-se como uma difícil missão, pois, evidentemente, limitar-se-ia a estigmatizar os mal-intencionados.

“Entre os revolucionários [...] a fé no reinado futuro da razão compensa a visão pessimista dos tempos passados. Essa falta de racionalidade na vida dos homens não deve ser atribuída ao ser humano. Cada homem está dotado de razão e, como criatura da natureza, faz parte de um todo coerente. Não é ele nem a natureza que é irracional, mas a sua situação atual de vida. E essa situação tem a ver com as lacunas da organização social [...]. O século XVIII é denominado pela ideia da antinomia entre racionalismo inerente à natureza do homem e o irracionalismo da vida humana, tal como é testemunhado pelo curso da história: ele é pessimista em sua concepção da história e, ao mesmo tempo, otimista na concepção que tem da natureza. Para explicar essa antinomia, deve existir um terceiro elemento: a sociedade.” (Bernard Groethuysen)

Em Condorcet, como é resumido por Keith Baker, quando a razão se amplia a custa da superstição e da tradição, o uso do passado desenvolve-se contra ele próprio.

Em março de 1974 foi proclamado para todos os departamentos pela Comissão Temporária de Arte que “as lições do passado, marcadas indelevelmente, podem se

repertoriadas por nosso século, que terá condições de transmiti-las, com novas páginas, à lembrança da posteridade”. Seguindo essa perspectiva, F. Vicq d’Azyr escrevia que os objetos que antes eram afastados do povo, passariam desse momento a servir para a instrução pública.

Como é resumido por Keith M. Baker: “A história deveria, portanto, tornar-se a auxiliar da ciência social”. Ou seja, a obra-prima pedagógica não tem virtudes pedagógicas a não ser mediante a comprovação que os valores do presente já existiam em outra época que, entretanto, haviam sido combatidos pelos mal-intencionados.

N. de Chamfort garantiu que “a única história digna de atenção é a dos povos livres, enquanto a dos povos subjugados ao despotismo não passa de uma coletânea de historietas”. Já P. Daunou reivindicou a distinção ao lembrar que “os anais de um povo inteiro eram suprimidos pela história de uma família, forçando a nação a procurar nesse episódio as causas de sua alegria e os períodos anuais de seus folguedos públicos”; porém, no tempo presente, “os cidadãos dos países livres limitam-se a celebrar e prestar homenagem aos acontecimentos imortais da família nacional”. Para o periódico literário *La década Philosophique, Littéraire et Politique*, “A história da França, propriamente falando, existe apenas após a Revolução.” O patrimônio passou a ser símbolo da vontade revolucionária, o fim da idolatria, como afirmou Pierre Francastel.

Já Guillaume-Alexandre de Méhégan partia do princípio que a idolatria era associada à forma que eram constituídos os Estados que, com o tempo, passou a ser uma espécie de fundamento dos Impérios. Louis Lavicomterie de Saint-Samson afirmava que: “Se, depois de ter lido esta obra, algum vil idólatra ainda rasteja diante deles, tendo percorrido sem pavor catorze séculos de infortúnios e crimes, neste caso, afirmo que a servidão quebrou, em sua alma, a mola da natureza; afirmo que se trata de um cego nato”.

Alimentado pela fragilidade comum dos homens diante da imagem, era permanente o medo de sucumbir ao ídolo antigo.

O ato iconoclasta trata-se da destruição, total ou parcial, que aniquila a mensagem original da obra. A iconoclastia parcial associada à conservação assemelha-se à limpeza dos monumentos, efetuada no próprio local ou intervenções limitadas, realizadas por profissionais, após transferência para o centro de triagem ou para o ateliê. A aplicação de semelhante doutrina assumiu um caráter pragmático.

Segundo o decreto de 24 de outubro de 1793, “os monumentos públicos removíveis, que suscitam o interesse das artes e da história, portadores de algum sinais proscritos, cujo desaparecimento causaria um prejuízo real, serão transportados para o museu mais próximo, no qual deverão ser conservados para a instrução nacional”.

O ato da iconoclastia se dava pela remoção das marcas contingentes da história para enfatizar o valor atual, que em outra época foi ignorado, desconhecido, negado ou manipulado de maneira mal-intencionada. A vinda de “Roma a Paris” manifestava uma verdadeira substituição de um passado transitório pelo presente eterno.

Nos museus, além de fornecerem modelos aos artistas, as obras-primas serviam de instrução sobre o que é justo e injusto nas sociedades, assim como formavam, em cada cidadão, o legislador das artes.

Enquanto os revolucionários julgavam ter substituído a ilusão pela verdade, a contrarrevolução lia uma alteração absurda ou falsa da herança. A tese contrarrevolucionária denunciava a carência de gosto e a ignorância.

Winckelmann insistiu sobre o fato de que a melhor qualidade da escultura grega correspondia a um período bem determinado, ou seja, o produto de circunstâncias ao mesmo tempo geográficas, políticas e religiosas que não podiam voltar a manifestar-se. A Revolução Francesa passava aos seus adoradores a expectativa de se igualar aos gregos.

Para Mathieu, “Ao considerar tudo o que a Natureza e a arte fizeram pela França, a República inteira será um imenso e esplêndido *Museum*”. O museu do futuro dava testemunho, aqui, de um ideal ainda a realizar – o de uma humanidade superior.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PIBID EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Kênya Martins & Michelle Pureza.

POULOT, Dominique. História do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. In: *Uma representação do saber e da memória*. Trad: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação liberdade, 2009. Pp. 39-83.

O texto aborda questões políticas, históricas e culturais, através da narrativa de uma viagem à França realizada no século XIX por um pintor, chamado Goethe. Os relatos dessa viagem serviram como fonte de estudo para o historiador, especialmente no que tange os museus, sendo um testemunho da construção identitária dos habitantes.

Em um dos episódios o viajante Goethe, desenhava as torres de um velho castelo quando sofreu questionamentos por multidões e até mesmo extravio do seu trabalho, já que as pessoas o viram como um espião do território vizinho e negaram-se a acreditar que ele via ali um cenário propício a arte. Os habitantes locais reconheciam o castelo como espaço de divisão territorial e, portanto de conflitos e desavenças, ignoravam qualquer atribuição memorial e estética, ainda mais proposta por um intelectual desconhecido¹.

¹ POULOT, 2009, Pp. 40-41

A ausência de interesse por lembranças antigas, que hoje relacionamos com a identidade das pessoas, fazia desses objetos exposição para inúmeras contestações, ao mesmo tempo em que, trazia zombarias de filósofos e historiadores pela diferenciação entre gabinete de curiosidade (elite) e antiquários (interessados apenas pelas caçarolas e colheres dos antigos). O autor traz como exemplo o caso ocorrido com o viajante, onde algumas meninas perguntaram a ele se desejava comprar antiguidades, após demonstrar entusiasmo, elas zombaram dele trazendo utensílios velhos e em mau estado².

O pesquisador Dominique Poulot avança em temas como o monumento, entendido pelos neoclássicos como único capaz de perpetuar a memória de uma civilização, servindo de testemunho para a posteridade. Além disso, era depositado nos arquitetos maior respeito como detentores da história, da memória e das civilizações: (...) *os monumentos erguidos por eles, e não tanto a história, é que servem de referência para julgar o poder dos reis e a civilização dos povos do passado*³. Os monumentos se diferem de acordo com a escala pública e privada, as públicas seriam praças e chafarizes (que marca a simplicidade) e a privada seriam os grandes edifícios dedicados à glória dos homens importantes (manifestações luxuosas)⁴.

A cidade é uma organização de diferentes paisagens, que deve ser bem cuidada e protegida. Nesse sentido, a representação imaginária do território mantém uma relação com a estética, de forma a trazer sentido às imagens. A Antiguidade Clássica foi redescoberta no Renascimento como fonte de proteção da história das elites sendo o momento de criação de gabinetes de curiosidades, referindo-se ao passado das cidades.

O interesse pelas Antiguidades reforçava estímulos religiosos, vestígios da história e riquezas artísticas. No século XVIII, os objetos expostos indicavam apenas o que merecia ser visto para satisfazer a curiosidade dos visitantes, pois a vinda deles exprimia um interesse econômico, relacionado com a valorização e preservação dos monumentos e bens locais.

Em relação ao Jardim⁵ e suas *fabriques*, o autor consagra a este jardim como sendo um espaço de ilusões, buscando o deleite por aventuras a lugares longínquos e exóticos, o acúmulo de representações mostrava uma imagem mundial, trazendo marcas geográficas e reconhecidas pela historiografia maçônica. Um dos mais belos localiza-se na Inglaterra, *Milord Stowe* que contém templo de Vênus e de Baco. O passeio pelas *fabriques*⁶ convidava o visitante a vivenciar todos os lugares e tempos,

² POULOT, 2009, p. 44

³ POULOT, 2009, Pp. 48-49

⁴ POULOT, 2009, p. 51

⁵ O jardim era pensado conforme o sentimento do proprietário. Exemplo: Jardim fúnebre (que trazia três sentimentos: a lembrança, a dor e a memória), e Jardim cronológico (permitia remontar o tempo através de urnas funerárias, colunas gregas, monumentos romanos e chineses, pedras, entre outros). POULOT, 2009, p. 64

⁶ Significa qualquer construção erguida em um jardim.

foi muito criticado por quererem amontoar num mesmo espaço as produções dos climas e manifestações de todos os séculos.

A arquitetura buscava *eternizar figuras queridas e nomes gloriosos*⁷, instaurando a memória, saudade e a suave melancolia nos visitantes das *fabriques*.

A história no século XVIII era ininterrupta, que contava verdadeiramente os fatos através de um discurso linear feito pelo historiador. A história da França era contada a partir de poucas fontes e elas se diferenciavam entre antiguidades e monumentos. Os monumentos seriam aqueles que conservam a memória dos acontecimentos e pessoas, assim como as obras de arte que inspiram por sua forma.

A arqueologia, ciência que é voltada ao estudo das obras de arte entre os monumentos antigos, interessavam-se por pesquisar apenas quatro povos: Egito, Etrúria, Roma e Grécia. Ressaltava-se que outros povos não se destacaram na arte, não merecendo então ser estudados pela arqueologia⁸.

POR fim, Poulot traz diversos exemplos da formação da representação da memória, especialmente na França, apresentando de forma complicada as mudanças de pensamento e tratamento da história. As ideias desse texto contribuiriam para nossa compreensão de patrimônio, visto que apesar de poucas vezes utilizar a palavra 'patrimônio' deixava claro nas suas implicações os significados e a importância deste para a formação da identidade e memória do povo.

Marcela de Liz

Seminário do livro: Uma História do Patrimônio no Ocidente

Capítulo: O trabalho do Luto

Autor: Dominique Poulot

Neste capítulo, o autor reflete sobre as mudanças sofridas na concepção de Patrimônio na França, antes e depois da Revolução Francesa ocorrida em 1789. Ao longo do texto o autor faz uso do discurso de diversos estudiosos que debateram o assunto, tais como: Victor Hugo, Augustin Thierry, Chateaubriand, Prosper Mérimée entre outros.

Desde 1830 havia debates sobre a “pertinência de conservação dos monumentos” que na França dessa época compreendiam majestosos castelos medievais e igrejas. E que para muitos não teriam serventia se preservados.

⁷ POULOT, 2009, p. 69

⁸ POULOT, 2009, p. 75

Para esses estudiosos como Thierry “o monumento ou as ruínas oferecem o livro aberto da história”. (p.159) Eles eram contra a derrubada desses monumentos que marcavam o modo de pensar da sociedade em determinada época. Se contrapondo a essa opinião muitos se perguntavam o que seria do mundo se cada época resolve-se manter suas construções.

A literatura contribuiu para a sensibilização do patrimônio. As gerações literárias anteriores a 1789 ainda por influência da Idade Média não tinham a noção de bem privado que se tem na modernidade. Essa lógica de enriquecimento levou muitos proprietários de monumentos a arrendarem seus terrenos para camponeses. Essa prática acarretou na destruição de muitas construções antigas.

Os monumentos privados aos poucos foram sendo comprados, o que leva a um apelo da população para a criação de espaços públicos. Esses espaços são temas de romances e obras literárias.

Para Victor Hugo, conservar os monumentos consiste em homenagear a história, preservar sua moldura e não em contá-la, já que isso é papel do historiador. Durante o século XIX surge uma maior preocupação em exaltar o povo e a nação, onde grandes heróis e personagens anteriormente apagados por um foco diferente agora surgem na história contada pelos documentos oficiais.

A partir dessa época o historiador ganha importância e passa a se comunicar com as mais diversas áreas do conhecimento. A história deixa de ser “um dogma literário e moral” dos eruditos, e passa a ser uma necessidade dos cidadãos. Após a Revolução Francesa com a destruição de muitos monumentos alguns artistas lutam para preservar os patrimônios ainda existentes.

Através dessa luta pela preservação o governo passa a intervir pelos interesses das artes e da história. O patrimônio representa o senso-comum, costumes, crenças e preconceitos.

Cada construção antiga exprime as relações sócias internas e modo de pensar e agir de uma sociedade em sua arquitetura. Cada monumento conta uma história e cria um sentimento de unidade entre as pessoas, a lembrança de um passado comum, os costumes, os hábitos e uma identidade nacional: a civilização!

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Resumo do Capítulo 5: *A Razão Patrimonial no Ocidente*

Suellen Ribeiro

Alguns afirmavam que a arte de uma época marcada pela rapidez seria breve, do mesmo modo que houve quem pré-
seria curta. A estrada de disse, antes da guerra, que ela
contemplação; então, era ferro deveria, assim, matar a
diligências, mas o automóvel inútil lamentar o templo das
turistas detêm-se nas igre- veio substituí-las e, de novo, os
jas abandonadas.
Marcel Proust, À la Recherche du temps perdu.

Em viagem realizada em agosto de 1834, Michelet foi visitar o castelo de Warwick (Inglaterra). Ele se diz: “tocado pela liberalidade com que o *lord* abre a casa aos estrangeiros. Segundo ele, quem menos usufrui daquele espaço é o proprietário, visto que, a casa recebe inúmeros viajantes. Para Michelet, parecia uma forma de violar a santidade do lar doméstico. Tal uso da opulência e da grandeza é realmente um sacerdócio da arte. Michelet era sensível, sobretudo, às ameaças que pairavam sobre os monumentos da tradição. No *Journal*, ele evocava sua “devoção” por “essa grandeza moribunda” e acrescentava que “os corvos da demagogia planam e crocitam acima desse grande cadáver feudal; os ecos da imprensa contribuem para dismantelar e solapar essas poderosas torres”.

Embora pareça caricatural, essa patrimonialização bem-sucedida de um castelo-museu não deixa de se reveladora das rupturas sucessivas pelas quais havia passado a herança histórica em suas relações com a legitimidade, bem como, a propriedade.

O patrimônio vem numa ascendência privilegiada, com posição de destaque nas configurações da legitimidade cultural, nas reflexões identitárias e nas políticas do vínculo social. Desde o período posterior à Segunda Guerra Mundial até os últimos decênios, as políticas, tanto educativas e culturais do Estado - Província como sociais e urbanas, fizeram com que o culto da herança torna-se uma preocupação do coletivo, nem que fosse por delegação. A partir de 1960, a definição de cultura ganha um patamar mais englobador, nos mais diversos aspectos, neste momento a paisagem material e imaterial sofriam alterações intensas. A geração seguinte assistiu a ideia das culturas múltiplas com identidade plurais, também múltiplas.

Atualmente, o patrimônio passa a ser visto pela sociedade consumista e de cultura de massa como um instrumento de trabalho em âmbito local e até mesmo nacional, não só em função do turismo, como também na prática mercantil do saber e do lazer. Assim como a memória tornou-se uma ferramenta eficaz para pensar a justiça e o acervo dos conhecimentos, o patrimônio também, mesmo quando remete ódio aos monumentos (guerras civis contemporâneas). Os monumentos possibilitam uma releitura em nossa consciência, enquanto política.

Nos últimos dois séculos, há um movimento não só nacional como também internacional, em prol de políticas de conservação e preservação do patrimônio nos respectivos territórios. Independente do grau/escala deste movimento é possível aguardarmos por novas perspectivas, mais comprometedoras e problematizadoras com a sociedade.

A atualidade impactante da patrimonialização parece ter impedido o questionamento a respeito da construção dessa forma de obrigação relativamente à presença material do passado. A eventual recusa ou contestação da patrimonialização, muitas vezes, é estigmatizada, no debate público, com o termo “vândalo”. Ocorre, às vezes, que certas reivindicações, por parte de um grupo social levam a polêmicas a propósito de determinada forma de patrimônio vista como exagerada ou ilegítima, onde ao invés, de produzirem um efeito crítico, produzem um efeito marginal.

A noção de patrimônio implica um conjunto de posses transmissíveis, que mobilizam um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro. Além das emoções e dos saberes que se experimentam nesse contexto.

Os três princípios correspondentes ao patrimônio são: perceptibilidade, especificidade e singularidade. Seu *corpus* se fixa nos guias, relatos de viagem, cartas, jornais, catálogos, em função das reproduções em circulação, da importância das evocações ou das citações a seu respeito ou de que ele é a origem. Esse comércio particular com as “lembranças” delineou formas culturais que levam a uma reação mútua entre estética e política, do sublime à nostalgia, dando lugar a múltiplas interpretações de apropriação. Trata-se de um elemento chave das relações entre historiografia da arte e construções patrimoniais. As reflexões político-administrativas não cessam de afirmar que o patrimônio é “um presente do passado”, o que implica tomar consciência das omissões e das falsas evidências.

Podemos enumerar alguns “amigos” dos objetos patrimoniais, dentre eles: o antiquário e seus vestígios, o conservador e seu museu, o folclorista e seu material, entre outros. Eles encarnaram identidades construídas pela reciclagem de imagens, objetos e práticas sem herdeiros naturais e, simultaneamente, “dados” em herança, fazendo parte dos diversos discursos ou roteiros, de acordo com os modelos que resolveram adotar, como por exemplo, o proselitismo patrimonial. Muitas vezes, o modelo que ele adotam podem elevá-los ao êxito, como ao fracasso.

Para tentarmos preparar uma história de patrimonialização da cultura material devemos organizar a percepção e a representação dos objetos em função de saberes locais, tradicionais e populares, que estão relacionadas com afinidades tanto eruditas como amadoras. A apropriação de um patrimônio assumiu uma forma mais dinâmica, propícia a alimentar o senso cultural de coletividades, cuja definição ocorreu progressivamente em uma interação com os elementos estranhos e o respeito pela preocupação da perpetuação. São diversos os graus de entendimento social, quando tratamos de apropriação.

Riegl procura analisar a democratização em ação no apego aos monumentos e na defesa de sua autenticidade. Em seu ensaio, esse autor identifica a instantaneidade visual e, por conseguinte, perfeitamente democrática, da relação com o monumento como a mola principal da próxima extensão do senso da herança: a época das massas será, de fato, dominada pelo sentimento e não pela consciência erudita associada, até então, ao monumento histórico. No decorrer do século XX, a distinção entre grande arte e arte de massa, assim como entre obra e artefato, devem desaparecer em benefício de um ponto de vista “indiciário” capaz de valorizar qualquer vestígio.

Em um monumento, Riegl distingue três formas possíveis de valor histórico, que surgiu com o Renascimento, tendo-se estabilizado no século XIX com um aparato de conservação-restauração destinado à manutenção do estado de origem; por último, o valor de anciandade, que, por ironia, pode ser designado também por valor do futuro, e cuja relação com a restauração é eminentemente problemática.

Desde o final do século XIX, certa valorização do território tem mantido uma estreita relação com as ideias de determinismo, muito apreciadas pela *Kultur* alemã. Mais tarde, os termos relativos ao folclore, à província e ao círculo restrito de relações foram associados sob diferentes reivindicações, em particular no início do século XX. Segundo perspectivas semelhantes, assistiu-se à multiplicidade de iniciativas, quase sempre de formas isoladas. Quando são implementadas novas imagens do território-patrimônio: uma das mais notáveis está diretamente ligada a uma patrimonialização da paisagem natural no âmbito de uma construção da identidade territorial.

Na França, através do curso sobre geografia é possível enunciar, o território em espaços individualizados: as regiões. O geógrafo P. Vidal de La Blache manifestava se apoio aos museus etnográficos. Um saber aprofundado conduz, daí em diante, por meio da investigação e do confronto de indícios condizentes, a uma consciência do território comprometida, se for necessário, com o regionalismo militante e, de qualquer modo, marcada pela convicção de participar da modernidade.

O patrimônio está marcado pelo duplo abandono do arrimo patriótico e da exclusividade da alta cultura. De fato, sua definição, por um lado, deixou de ser estreitamente nacional, tendendo a identificar-se com um espaço cultural amplamente fracionado. Por outro lado, ele engloba, para além da herança monumental *stricto sensu*, um conjunto de figuras e de atividades da civilização e da humanidade consideradas com significativas. Ao invés, de limitar-se a estender consideravelmente a noção de monumentos ou promover um diálogo internacional, trate-se, realmente, de abandonar a imagem de um patrimônio confundido com a leitura ocidental da história, em benefício de inventário das variações dos artefatos da humanidade no

espaço e no tempo. Quando o patrimônio se “naturaliza” como comemoração de qualquer cultura, o território apresenta-se, assim, o lugar comum dessa afirmação.

Depois da análise de Riegl, podemos partir da virada do decênio de 1980, que será abordada em dois níveis diferentes: de um opúsculo circunstancial francês e através das novas convenções internacionais. Em seu relatório de 1982, Max Querrien resume, apropriadamente, as características utópicas e, ao mesmo tempo, orientadoras da reflexão promovida na França; trata-se de “transmitir a nosso patrimônio o sopro da vida, além de pôr termo a uma visão demasiado difundida segundo a qual o patrimônio seria apenas um acervo de objetos inertes”. Para além da retomada de uma retórica que, dessa vez, parece reatar com 1789, evoca-se precisamente a utopia de uma comunhão e, sobretudo, a esperança, para não dizer um “culto” democrático, pelo menos uma atividade patrimonial acessível a todos.

Diante dos expostos, podemos notar que no final do século XVIII foi possível “costurar” de forma harmoniosa patrimônio com a memória do saber. O apelo ao futuro serve como justificativa para a preservação. A partir do século XX segundo Riegl, os valores eruditos e baseados na ciência a respeito do monumento histórico serão eliminados no futuro diante do triunfo da sensibilidade suscitada pelo monumento antigo, simples indício da passagem do tempo. Os museus e o patrimônio histórico eram considerados instrumentos de vulgarização mais ou menos eficazes e bem concebidos, mas não certamente laboratórios no sentido pleno do termo. O patrimônio inscreve-se entre a história e a memória. De fato, ele evoca um conjunto de valores que, a semelhança da memória, dependem de um enraizamento mais ou menos profundo na dimensão “sensível” das identidades.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)
Subprojeto de licenciatura em História
Bolsista Thiara Gimenez Oliveira

POULOT, Dominique. *A Razão Patrimonial no Ocidente*. In: *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX. Do monumento aos valores*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

Na introdução deste capítulo o autor narra o episódio de um castelo que tornou-se ponto de visitação de turistas, passando por diversas fases que de certa forma refletiam a trajetória da concepção de patrimônio ocidental. “Por mais caricatural que possa parecer, essa patrimonialização bem-sucedida de um castelo-museu não deixa de ser reveladora das rupturas sucessivas pelas quais havia passado a herança histórica em suas relações com a propriedade e com legitimidade.”

A nova urgência da transmissão

O patrimônio ocupa, atualmente, uma posição privilegiada nas configurações da legitimidade cultural, nas reflexões sobre a identidade e nas políticas do vínculo social. A partir da década de 1960, a mudança da definição da cultura engloba os mais diversos aspectos das práticas sociais, misturando alta e baixa cultura. Assistiu-se a emergência da ideia de culturas múltiplas, propícias a alimentar e a fortalecer a pluralidade de identidades.

Atualmente, nas nossas sociedades de consumo e de cultura de massa, o uso do patrimônio, sua interpretação, até mesmo sua simulação, passam por ser o instrumento de um desenvolvimento local ou nacional, em função do turismo e das práticas mercantis do saber e do lazer.

O sentimento de urgência que tem sido o incentivo constante da consciência patrimonial foi duplicado por determinados processos de destruições. Do mesmo modo que a memória tornou-se uma ferramenta bem eficaz para pensar a justiça e o acervo dos conhecimentos, assim também o patrimônio participa de uma nova consciência política. A razão patrimonial pode fornecer uma moldura para as iniciativas de restituição de bens culturais ou para as decisões de anistia em relação a pilhagens do passado.

O imperativo da herança material e imaterial impõe-se de maneira generalizada e obrigatória, como é testemunhado pelo aparato legislativo e por regulamentos que não cessam de estender sua área de aplicação.

A atualidade impactante da patrimonialização parece ter impedido o questionamento a respeito da construção dessa forma de obrigação relativamente à presença material do passado. A afirmação de um ponto de vista contrário é rapidamente estigmatizada, no debate público, com o termo “vândalo”. Os “achados atinentes ao patrimônio, em cada época, elaboram-se através de inventários, percursos e operações comerciais que mobilizam intrigas, tipos de inventores ou de patrimonializadores em uma relação com a “ecologia” dos objetos e dos lugares, orientada pelos diferentes registros do acesso, (re)apropriação e da emoção.

A noção de patrimônio implica um conjunto de posses que devem ser identificados como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade.

A formação de um cânon

O estudo do patrimônio corresponde aos três princípios – ou seja, perceptibilidade, especificidade e singularidade. Seus corpus se fixa nos guias, relatos de viagem, cartas, jornais, catálogos, em função das reproduções em circulação, da importância das evocações ou das citações a seu respeito ou de que ele é a origem.

Atualmente, as reflexões político-administrativas não cessam de afirmar que o patrimônio é “um presente do passado”, o que implica tomar consciência das omissões e das falsas evidências. O historiador deve justificar a formação complexa das inclusões e exclusões que constituem o cânon patrimonial.

As civilidades do patrimônio

A tentativa de preparar uma história da patrimonialização da cultura material implica debruçar-se sobre a erudição e sobre o colecionismo com suas disposições tácitas e seus recursos mais insignificantes, em suma, com todos os gestos que organizam a percepção e a representação dos objetos em função dos saberes locais, tradicionais e populares, que estão relacionados, por um lado, com as afinidades específicas de eruditos ou de amadores e, por outro, com os conhecimentos gerais do homem de bons costumes.

A proliferação dos objetos patrimonializados que se tornam motivo de fruição e de disputa – ou não – suscita a questão da adesão dos cidadãos a um depósito de valores, a um interesse comum da imaginação e da arte. Tudo isso forma o que poderia ser designado por “moralidade” do patrimônio nas representações coletivas. Tal moralidade pode adotar o partido de um programa de emancipação, ou de conformismo social cultural.

O ponto de vista da recepção

A obra do historiador de arte Alois Riegl (1858-1905), *Le Culte moderne des monuments*, constitui uma tentativa sem precedentes de pensar não a herança monumental, mas a relação que a cultura ocidental havia mantido com tal herança. Trata-se de um exercício para pensar as relações entre o tempo inscritos nas obras de arte e o tempo percebido nos seios da sociedades.

Depois de Riegl, o expectador deixou de ser algo de exterior ao monumento, tornando-se participante de sua definição, em particular de sua patrimonialização: a posteridade dá o lugar ao imediatismo de uma recepção.

A invenção do monumento não intencional incumbe inteiramente à modernidade: ela é o resultado da aparição, no século XIX, de uma disciplina científica permitindo que o historiador da arte inclua cada obra em um conjunto, segundo referências específicas.

O caso do território-patrimônio

Desde o final do século XIX, certa valorização do território tem mantido uma estreita relação com as ideias de determinismo, muito apreciadas pela Kultur alemã, ou seja, aquela que arvorava em 1870 a “bandeira da política etnográfica e arqueológica”. Mais tarde, os temas relativos ao folclore, a província e ao círculo restrito de relações foram associados sob diferentes reivindicações, em particular no início do século XX: em 1901, o Manifesto da Fédération Régionaliste Française, redigido por Charles Brun, tinha o objetivo, “por uma seleção inteligente das tradições, pelo ensino da história local e do folclore”, de “vincular a criança a seus antepassados e despertar-lhe o orgulho do torrão natal, criando, assim o patrimônio a partir de realidades tangíveis”

No decorrer do século XX, assiste-se ao desaparecimento de “um modelo de leitura do espaço que era “um modelo de leitura do espaço que era um modelo estético e, essencialmente, pictural”; em seu lugar, trata-se de aceitar “a diversidade das formas de expressão e (de) enfatizar os modelos inspiradores das paisagens comuns”, situando-as “em um plano semelhante às paisagens elitistas e desvencilhando-as do peso dos mitos estéticos”. No entanto, além do interesse manifestado, daí em diante, pelas paisagens “menores”, que não deixam de ser verdadeiros territórios e, portanto, patrimônios, a tentativa entende apreender o

território em sua invisibilidade, mostrando um reconhecimento inédito do espaço vivenciado e dos territórios culturais.

Os valores da apropriação

O patrimônio, atualmente, está marcado pelo duplo abandono do arrimo patriótico e da exclusividade da alta cultura. De fato, sua definição, por um lado, deixou de ser estreitamente nacional, tendendo a identificar-se com um espaço cultural amplamente fracionado. Por outro lado, daqui em diante, ele engloba, para além da herança monumental *stricto sensu*, um conjunto de figuras e de atividades da civilização e da humanidade consideradas como significativas.

A dinâmica do patrimônio entende-se, daqui em diante, como tomada de consciência da sociedade por si mesma, graças à revelação continuada de suas “propriedades”. Tudo se passa como se a patrimonialização, concebida como o trabalho da memória de um lugar e de um grupo, se tornasse o principal fenômeno, em detrimento de uma patrimonialidade postulada. Quando o patrimônio se “naturaliza” como comemoração da vitalidade de qualquer cultura, o território apresenta-se, assim, o lugar-comum dessa afirmação.

Um patrimônio da significação

Em numerosos países do mundo, a gestão do patrimônio tenta estabelecer uma lista exaustiva dos valores que diferentes populações poderão reivindicar para determinado sítio ou objeto. Esse nivelamento valorativo permite a proteção dos bens ao reconciliar, em caso de necessidade, interesses divergentes, e ao manifestar a legitimidade da intervenção pública.

O patrimônio não deixa de ser o resultado de um processo consciente de seleção. O desafio consiste em saber quem decide o que vai ser protegido e como legitimar as escolhas adotadas. Voltam a ser formuladas as questões clássicas da sociologia política em relação aos poderes de nomear ou à capacidade de fabricar a coletividade, seja ela formada por famílias, grupos étnicos, regiões ou nações.